Geographia Meridionalis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas

http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/index

ISSN 2446-9165
Recebido em: 23/01/2026
Revisões requeridas em: 16/08/2026
Aceito em: 25/08/2026
Publicado em: 30/08/2026

JUVENTUDES, RESILIÊNCIA E A ENCHENTE DE MAIO DE 2024 NO BAIRRO HUMAITÁ (PORTO ALEGRE)

YOUTH, RESILIENCE AND THE MAY 2024 FLOOD IN THE HUMAITÁ NEIGHBORHOOD (PORTO ALEGRE)

JUVENTUDES, RESILIENCIA Y LA INUNDACIÓN DE MAYO DE 2024 EN EL BARRIO HUMAITÁ (PORTO ALEGRE)

Victor Hugo Nedel Oliveira
UFRGS, Departamento de Geografia, Porto Alegre, Brasil.
victor.nedel@ufrgs.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5624-8476

Marina de Assumpção Bello
UFRGS, Departamento de Geografia, Porto Alegre, Brasil.
marinabello04@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-3011-7061

Ana Beatriz Weber Pithan
UFRGS, Departamento de Geografia, Porto Alegre, Brasil.
anabeatrizweberpithan@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-3728-9825

Raquel Amaro da Silveira Torres
UFRGS, Departamento de Geografia, Porto Alegre, Brasil.
raqtorres.78@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-6906-7667

RESUMO

Este artigo analisa as percepções físicas e sociais de jovens estudantes do Ensino Médio do bairro Humaitá, em Porto Alegre, acerca das enchentes ocorridas em maio de 2024, no contexto dos desastres climáticos e da resiliência juvenil. A pesquisa fundamenta-se no campo das Geografias das Juventudes e adota uma abordagem metodológica quanti-qualitativa, a partir da aplicação de questionários com questões abertas e fechadas a 23 estudantes de uma escola pública severamente impactada pelo evento extremo. Os resultados evidenciam que os jovens possuem elevada percepção dos danos físicos causados pelas enchentes, como prejuízos às moradias, interrupção de serviços básicos e alterações significativas na rotina cotidiana, bem como reconhecem a intensificação recente das chuvas. No plano social, destacam-se a centralidade das redes de apoio e a percepção de insuficiência das

respostas governamentais. Apesar do reconhecimento da importância da ação coletiva, os jovens relatam baixa participação política e escassa escuta nos processos decisórios. Conclui-se que as juventudes vivenciam simultaneamente situações de vulnerabilidade e potenciais de resiliência, apontando para a necessidade de políticas públicas e práticas educativas que incorporem o protagonismo juvenil no enfrentamento das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Jovens; Geografias das Juventudes; Vulnerabilidade Socioambiental; Percepção Ambiental; Redes de Apoio.

ABSTRACT

This article analyzes the physical and social perceptions of high school students from the Humaitá neighborhood in Porto Alegre regarding the floods that occurred in May 2024, within the context of climate disasters and youth resilience. The study is grounded in the field of Geographies of Youth and adopts a mixed quantitative and qualitative methodological approach, based on the application of questionnaires with open- and closed-ended questions to 23 students from a public school severely affected by the extreme event. The results show that young people have a high level of awareness of the physical damages caused by the floods, such as damage to housing, disruption of basic services, and significant changes in daily routines, as well as recognizing the recent intensification of rainfall. On a social level, the centrality of support networks and the perception of insufficient governmental responses stand out. Despite recognizing the importance of collective action, students report low political participation and limited opportunities to be heard in decision-making processes. It is concluded that youth simultaneously experience situations of vulnerability and potentials for resilience, highlighting the need for public policies and educational practices that incorporate youth protagonism in addressing climate change.

Keywords: Young People; Geographies of Youth; Socioenvironmental Vulnerability; Environmental Perception; Support Networks

RESUMEN

Este artículo analiza las percepciones físicas y sociales de jóvenes estudiantes de educación secundaria del barrio Humaitá, en Porto Alegre, sobre las inundaciones ocurridas en mayo de 2024, en el contexto de los desastres climáticos y la resiliencia juvenil. La investigación se inscribe en el campo de las Geografías de las Juventudes y adopta un enfoque metodológico cuantitativo-cualitativo, a partir de la aplicación de cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas a 23 estudiantes de una escuela pública severamente afectada por el evento extremo. Los resultados evidencian que los jóvenes presentan una elevada percepción de los daños físicos causados por las inundaciones, como perjuicios a las viviendas, interrupción de servicios básicos y cambios significativos en la rutina cotidiana, así como el reconocimiento de la reciente intensificación de las lluvias. En el plano social, se destaca la centralidad de las redes de apoyo y la percepción de insuficiencia de las respuestas gubernamentales. A pesar de reconocer la importancia de la acción colectiva, los jóvenes relatan una baja participación política y una escasa escucha en los procesos de toma de decisiones. Se concluye que las juventudes experimentan simultáneamente situaciones de vulnerabilidad y potenciales de resiliencia, lo que señala la necesidad de políticas públicas y prácticas educativas que incorporen el protagonismo juvenil en el enfrentamiento del cambio climático.

Palabras clave: Jóvenes; Geografías de las Juventudes; Vulnerabilidad Socioambiental; Percepción Ambiental; Redes de Apoyo

1 - Introdução

Durante os meses de abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou o mais severo evento hidrológico de sua história recente, caracterizado por volumes excepcionais e pela duração inédita das chuvas (FAN *et al*., 2025). Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2025), em determinadas localidades os índices pluviométricos ultrapassaram 700 mm em poucos dias, ocasionando alagamentos generalizados e impactos expressivos em 478 dos 497 municípios do estado. Estima-se que mais de 2,3 milhões de pessoas tenham sido diretamente afetadas, com o registro de 183 óbitos, além de milhares de indivíduos desalojados ou desabrigados (RIO GRANDE DO SUL, 2024). Na capital, Porto Alegre, o lago Guaíba atingiu a cota histórica de 5,37 metros, provocando a inundação de áreas centrais e periféricas da cidade. Os prejuízos econômicos foram significativos em diversos setores, e o processo de recuperação tende a se estender por anos, exigindo, inclusive, o reassentamento de populações residentes em áreas de risco.

A magnitude desse desastre resultou da combinação entre fatores climáticos extremos e vulnerabilidades socioambientais historicamente constituídas. No contexto gaúcho, a atuação simultânea do fenômeno El Niño, as características geomorfológicas do território e os efeitos das mudanças climáticas globais potencializaram os impactos do evento. Conforme apontam Arias *et al*. (2023), tais mudanças contribuem para a intensificação da frequência e da severidade de enchentes e episódios de precipitação extrema. Ademais, em 2024, a temperatura média global ultrapassou 1,5 °C em relação ao período pré-industrial, ampliando a ocorrência de eventos climáticos extremos em escala planetária (Nobre; Reid; Veiga, 2012). Em âmbito local, séries históricas do nível do Guaíba indicam que, na última década, as cheias tornaram-se mais intensas e recorrentes, superando padrões anteriormente observados (ANA, 2025). Essas dinâmicas climáticas articulam-se a vulnerabilidades socioambientais pré-existentes, agravadas por processos de urbanização desordenada, como a impermeabilização do solo e a supressão da vegetação nativa. Tais fragilidades manifestam-se de forma mais aguda em territórios periféricos, nos quais desigualdades socioeconômicas estruturais ampliam a exposição das populações aos riscos socioambientais.

Os impactos da crise climática também se fizeram sentir de maneira significativa no campo educacional. Dados da ANA (2025) indicam que 577 escolas foram danificadas no estado, afetando aproximadamente 225 mil estudantes. Além disso, mais de 80 escolas da rede

estadual passaram a funcionar como abrigos provisórios, o que resultou em interrupções prolongadas das atividades pedagógicas e desorganização da rotina escolar. Entre os grupos mais afetados, destacam-se as juventudes escolares (Cavalcanti, 2023), que vivenciaram não apenas perdas materiais, mas também a suspensão de processos educativos fundamentais para sua formação. Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender a juventude não como uma etapa meramente transitória do ciclo de vida, mas como um fenômeno social dinâmico e historicamente situado. Ao propor essa abordagem, Pais (1993) afirma que a juventude é constituída pelas formas pelas quais os jovens vivem, sentem e produzem sentidos no mundo, articulando condicionantes sociais como classe, gênero, território e cultura, e mobilizando criatividade, experimentação e capacidade de projeção de futuros.

Dessa forma, para analisar juventudes em contextos de desastre, revela-se essencial recorrer às categorias analíticas propostas por Abramo (1997), que distinguem a "condição juvenil", referente aos significados socialmente atribuídos à juventude, e a "situação juvenil", compreendida como o conjunto de experiências concretas vividas pelos jovens, moduladas por marcadores sociais como classe, gênero e etnia. Evidencia-se, assim, que a experiência juvenil é heterogênea e que eventos como a enchente de 2024 afetaram as juventudes gaúchas de maneira desigual.

Diante desse cenário, o presente estudo insere-se no campo das Geografias das Juventudes (Oliveira, 2023; 2024), perspectiva científica que busca compreender como processos territoriais e sociais moldam as vivências, percepções e práticas juvenis em distintos contextos espaciais. Ao adotar uma abordagem geográfica das juventudes, a pesquisa reconhece os jovens como sujeitos ativos na apropriação, ressignificação e transformação de seus territórios, considerando simultaneamente as desigualdades estruturais que condicionam sua vulnerabilidade a riscos socioambientais e os recursos de enfrentamento mobilizados em situações de crise. Nesse sentido, o estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre juventudes, espaços urbanos desfavorecidos e extremos climáticos, fomentando reflexões sobre educação, justiça socioambiental e políticas públicas voltadas ao fortalecimento de capacidades adaptativas em um cenário de mudanças climáticas. Como base legal, a pesquisa fundamenta-se no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), que assegura direitos relacionados à educação (Art. 07), ao território (Art. 31) e ao meio ambiente equilibrado (Art. 34), promovendo o protagonismo juvenil e seu potencial de transformação social.

Este artigo integra a pesquisa mais ampla intitulada “Juventudes Contemporâneas e Desastres Climáticos: Impactos, Resiliência e Estratégias no Sul Global”, que tem como objetivo compreender percepções e estratégias de resiliência adotadas por jovens afetados por enchentes em municípios gaúchos severamente atingidos entre 2023 e 2024. A escuta das juventudes impactadas por desastres climáticos mostra-se fundamental para enfrentar lacunas ainda presentes na produção acadêmica, marcada pela escassez de estudos que incorporem suas perspectivas. No caso específico do evento ocorrido no Rio Grande do Sul, essa escuta possibilita identificar vulnerabilidades, práticas de enfrentamento e potencialidades de resiliência. Ao criar espaços de expressão juvenil, o processo investigativo produz subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas, ações de educação ambiental (Carvalho; Frizzo, 2016), iniciativas de atenção à saúde mental e estratégias de gestão de riscos baseadas em evidências empíricas.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar como jovens estudantes do Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, localizado no bairro Humaitá, em Porto Alegre — área fortemente atingida pela enchente de maio de 2024 —, percebem e enfrentam os efeitos dos desastres climáticos, com base na aplicação de um questionário. Ressalta-se que a instituição escolar, cenário da pesquisa, teve suas atividades interrompidas por aproximadamente três meses em decorrência da inundação, bem como dos processos posteriores de limpeza e reconstrução realizados com apoio da comunidade, impactando de forma objetiva o calendário escolar. Assim, a análise busca compreender as dimensões físicas e sociais que atravessam as vivências das juventudes nesse espaço educativo.

2 – Metodologia

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem metodológica de natureza quanti-qualitativa, adequada à análise integrada de dados objetivos e subjetivos, com o propósito de examinar as percepções, vivências e ações de resiliência de jovens concluintes da educação básica diante dos impactos dos desastres climáticos ocorridos em maio de 2024. A opção por esse delineamento metodológico possibilita articular a mensuração de tendências gerais com a interpretação aprofundada das experiências juvenis, reconhecendo a complexidade dos fenômenos socioambientais e educacionais analisados.

Como procedimento de coleta de dados, adotou-se a aplicação de um questionário estruturado (Chaer, Diniz; Ribeiro, 2011), composto por questões abertas e fechadas. O instrumento foi elaborado com o propósito de caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes e captar suas percepções em duas dimensões analíticas inter-relacionadas: (i) física, referente à observação da frequência, intensidade e recorrência das enchentes e (ii) social, voltada aos efeitos dos desastres nas dinâmicas familiares, comunitárias e territoriais.

O questionário, por sua natureza padronizada, constitui uma das técnicas mais recorrentes em pesquisas sociais e educacionais, especialmente quando se busca acessar percepções individuais em contextos marcados por eventos críticos. Entre suas principais vantagens destacam-se o custo reduzido, a possibilidade de atingir um número significativo de participantes, a garantia do anonimato nas respostas e a praticidade no preenchimento, fatores que contribuem para maior adesão dos respondentes e para a sistematização dos dados obtidos (Chaer, Diniz; Ribeiro, 2011). Ademais, a combinação de questões abertas e fechadas permitiu captar tanto padrões recorrentes quanto narrativas singulares, enriquecendo o processo analítico. As respostas às questões abertas foram inicialmente organizadas e sistematizadas em uma base de dados, seguida de leitura integral e sucessivas aproximações ao material empírico. A partir desse procedimento, foram identificados temas e sentidos recorrentes nas respostas, que orientaram a construção de categorias analíticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. As respostas foram, então, agrupadas segundo essas categorias, preservando-se as especificidades das narrativas apresentadas pelos participantes. Esse procedimento possibilitou articular a recorrência de determinadas percepções à diversidade das experiências relatadas, contribuindo para a interpretação dos dados produzidos pelo questionário.

A pesquisa foi desenvolvida no Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, localizado no bairro Humaitá, em Porto Alegre, o qual constitui a área de estudo deste artigo. O bairro Humaitá situa-se na zona norte da capital gaúcha, em uma região historicamente marcada pela presença de áreas industriais, infraestrutura logística e ocupações residenciais populares. Trata-se de um território atravessado por importantes vias de circulação urbana e por cursos d'água, o que o torna particularmente vulnerável a eventos de inundação. Durante as enchentes de maio de 2024, o bairro foi severamente atingido, com extensas áreas alagadas, interrupção de serviços essenciais, danos a moradias e equipamentos públicos, incluindo

instituições escolares. A proximidade com o lago Guaíba e a baixa cota altimétrica de determinadas áreas contribuíram para a rápida propagação das águas, impactando de forma direta o cotidiano das famílias e, especialmente, das juventudes residentes e estudantes da região.

A aplicação do questionário-piloto ocorreu em dois momentos distintos, nos dias 30 de maio e 4 de junho de 2025, aproximadamente um ano após o desastre climático. Participaram dessa etapa 23 estudantes do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello. No período da coleta, o universo de jovens matriculados no último ano do Ensino Médio da instituição era composto por 54 estudantes, dos quais 34 apresentavam frequência regular. A escolha da escola como unidade piloto justificou-se pela intensidade dos impactos sofridos durante a enchente e pela necessidade de refinar o instrumento de pesquisa para as etapas subsequentes da investigação mais ampla. Nesse sentido, a aplicação piloto teve caráter exploratório e metodológico, não tendo como finalidade produzir resultados representativos ou generalizáveis para o conjunto da população juvenil afetada pelo desastre. A experiência possibilitou avaliar a compreensão das questões pelos participantes, a adequação das alternativas de resposta, a extensão e a organização do instrumento, bem como identificar aspectos que demandavam ajustes antes de sua aplicação nas demais localidades previstas na pesquisa. Os dados produzidos nessa etapa são, portanto, analisados neste artigo como evidências exploratórias, úteis para compreender tendências e percepções presentes entre os participantes e, sobretudo, para subsidiar o aperfeiçoamento do instrumento e o desenvolvimento das etapas posteriores da investigação.

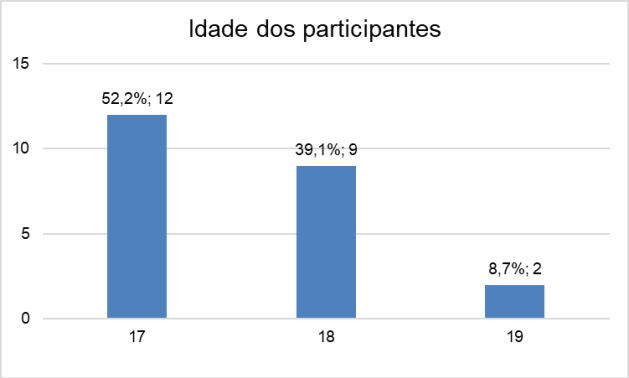
Os critérios de participação incluíram a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), assegurando que todos os participantes estivessem devidamente informados sobre os objetivos, procedimentos e implicações da pesquisa. A participação foi voluntária, anônima e acompanhada da possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo aos estudantes. Todos os aspectos éticos foram rigorosamente observados, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), garantindo o respeito à dignidade, à autonomia e à proteção dos sujeitos envolvidos.

3 – Resultados

3.1 – Caracterização das juventudes participantes do estudo

A amostra da pesquisa foi composta por 23 jovens estudantes, cujos perfis sociodemográficos foram caracterizados a partir de informações relativas à idade, gênero, situação socioeconômica, inserção no mundo do trabalho, local de residência e condições de moradia. Essa caracterização inicial revela-se fundamental para contextualizar as percepções e experiências analisadas ao longo do estudo, permitindo compreender de que modo marcadores sociais e territoriais atravessam as vivências juvenis em contextos de desastres climáticos.

Figura 1. Gráfico - Idade dos participantes



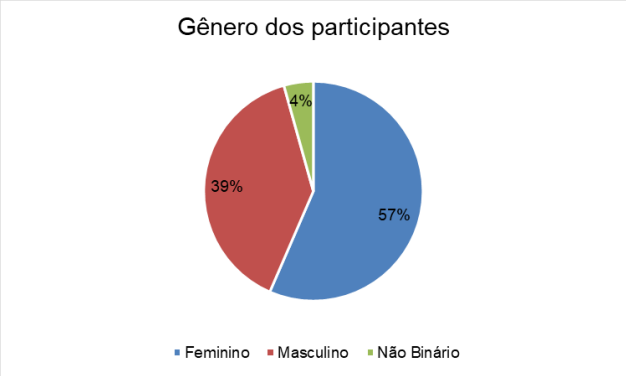
Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Observa-se que a maioria dos jovens encontra-se na faixa etária de 17 anos (52%) e 18 anos (39,1%), havendo apenas 8,7% de participantes com 19 anos. Esses dados indicam a inexistência de uma distorção idade-série expressiva entre os estudantes investigados, o que sugere trajetórias escolares relativamente contínuas até o momento da coleta de dados. Tal aspecto adquire relevância quando se considera que a vivência da enchente de maio de 2024 produziu impactos emocionais, sociais e pedagógicos significativos, com potencial de interferir na permanência e no desempenho escolar desses jovens.

Nesse sentido, torna-se pertinente considerar que diferentes dimensões da trajetória escolar podem adquirir relevância em contextos já marcados por experiências traumáticas. Conforme discutido por Silva e Alves (2024), situações de repetência podem expor os jovens a estigmas e discriminações associados ao desempenho escolar, afetando sua segurança subjetiva e seu interesse pelos estudos. Embora a reprovação escolar não tenha sido investigada diretamente nesta pesquisa, essa discussão contribui para situar a complexidade das experiências juvenis

em contextos de eventos climáticos extremos, nos quais diferentes desafios educacionais e emocionais podem se sobrepor. Assim, a relação entre trajetórias escolares e impactos psicossociais de desastres constitui uma dimensão que poderá ser aprofundada em investigações posteriores. A figura 2 apresenta a identificação de gênero dos participantes.

Figura 2. Gráfico - Gênero dos participantes

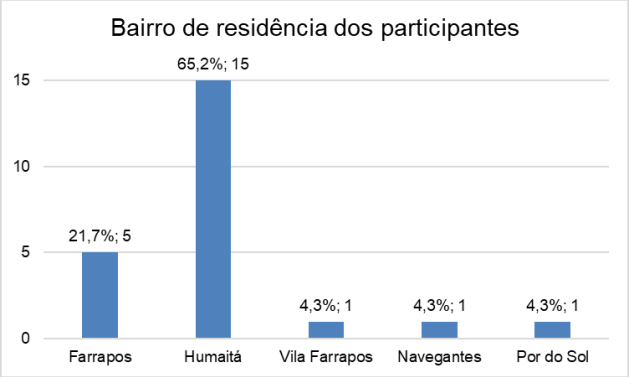


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Constatou-se uma maior participação de jovens que se identificam com o gênero feminino (56,5%), seguidos por jovens do gênero masculino (39,1%) e por aqueles que se identificam como não binários (4,4%). Essa composição da amostra adquire especial relevância à luz do argumento de Bassalo (2024), que aponta a escassez de estudos que investiguem e deem visibilidade às realidades das juventudes femininas. A autora destaca, ainda, que o contexto histórico contemporâneo é marcado por movimentos de oposição ao protagonismo e à autonomia feminina, inclusive no campo acadêmico.

Segundo Bassalo (2024), a constituição de discursos conservadores contrários aos avanços promovidos pelos movimentos feministas tem raízes históricas, especialmente a partir dos anos 1990, sustentadas por argumentos que associam a igualdade de gênero a uma ameaça às instituições tradicionais, como a família. No conjunto de participantes desta pesquisa, observou-se uma maior participação feminina, aspecto que evidencia a presença expressiva de jovens mulheres entre os respondentes e reforça a importância de considerar as experiências e percepções atravessadas pelas relações de gênero na análise dos impactos do evento climático de maio de 2024. Essa participação, contudo, não permite inferir, por si só, posicionamentos políticos ou formas específicas de engajamento das participantes. A figura 3 apresenta os bairros de residência dos jovens participantes.

Figura 3. Gráfico – Bairro de residência dos participantes



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Observa-se que cerca de dois terços dos estudantes residem no bairro Humaitá, enquanto 4,3% residem no bairro Vila Farrapos, 4,3% no bairro Pôr do Sol e 4,3% em outra localidade da Vila Farrapos. Esses dados evidenciam uma concentração dos participantes em áreas relativamente próximas à instituição escolar. Considerando que, no período da coleta, entre os 54 estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Médio, apenas 34 apresentavam frequência regular, a distribuição espacial das residências permite problematizar, mas não determinar, a relação entre distância e assiduidade escolar. Os dados disponíveis não permitem estabelecer uma associação direta entre o local de residência e a frequência dos estudantes, uma vez que não foram coletadas informações sistemáticas sobre as distâncias percorridas, os tempos de deslocamento ou as razões específicas para as faltas. Nesse sentido, a assiduidade escolar deve ser compreendida como resultado de uma multiplicidade de fatores, entre os quais podem estar incluídas as condições de deslocamento, o acesso ao transporte público ou privado e as possibilidades de deslocamento ativo, vivenciadas de forma desigual conforme as condições socioeconômicas de cada jovem.

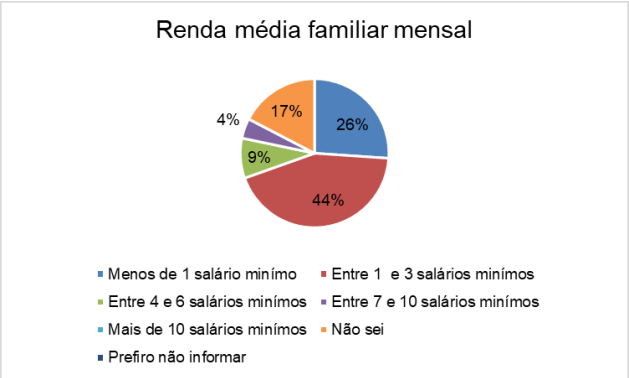
Nesse contexto, Thuany *et al*. (2021), ao analisarem o deslocamento ativo de adolescentes entre 14 e 17 anos, apontam que, em nível nacional, 44,4% dos jovens utilizam esse tipo de deslocamento no trajeto até a escola. Os autores destacam, entretanto, que na região Sul do Brasil o deslocamento ativo não se configura como prática recorrente. Embora o deslocamento entre casa e escola não se apresente como um elemento central na regularidade escolar, os impactos dos eventos climáticos extremos vivenciados pelos jovens desta pesquisa

demandam atenção específica ao se discutir assiduidade ou evasão escolar no Rio Grande do Sul. Além das enchentes, episódios de calor extremo e frio intenso, somados à precariedade estrutural de muitas escolas, contribuem para a redução da frequência escolar e para o agravamento das desigualdades educacionais.

Conforme apresentado na seção metodológica, a pesquisa concentrou-se em jovens do terceiro ano do Ensino Médio, totalizando 23 participantes. A escolha desse grupo justifica-se pela maior maturidade cognitiva e pela longa trajetória escolar acumulada, aspectos que favorecem respostas mais elaboradas e reflexivas em pesquisas de natureza qualitativa. Ademais, trata-se de um momento decisivo do percurso educacional, no qual os jovens se deparam com escolhas relativas à continuidade dos estudos, inserção no ensino superior ou ingresso no mundo do trabalho, permitindo acessar expectativas, projetos de vida e percepções sobre o futuro.

Verificou-se que 60,9% dos jovens declararam apenas estudar, enquanto 39,1% afirmaram conciliar os estudos com atividades laborais. Conforme Dias (2017), jovens pertencentes às classes populares tendem a apresentar trajetórias escolares marcadas por maior instabilidade, influenciadas por fatores como raça, gênero, composição familiar, escolaridade dos pais e renda familiar. Nesse sentido, o fato de parte expressiva dos jovens não estar inserida no mercado de trabalho não deve ser interpretado, de forma automática, como um indicador de maior disponibilidade para os estudos, uma vez que o desemprego também se configura como um problema relevante para esse grupo social.

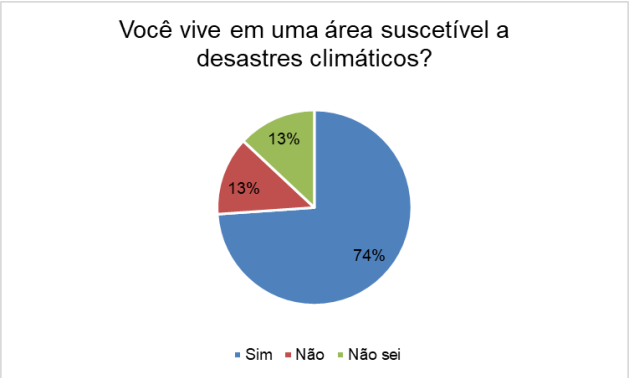
Figura 4. Gráfico – Renda média mensal familiar dos participantes



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

No que se refere à renda média familiar mensal, apresentada no Gráfico 4, observa-se uma distribuição heterogênea. Com exceção dos participantes que não souberam informar, a maior parcela dos jovens (43,5%) declarou viver em famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto 26,1% afirmaram que a renda familiar mensal é inferior a 1 salário mínimo. Esses dados evidenciam a inserção majoritária dos participantes em contextos socioeconômicos vulneráveis, o que tende a potencializar os impactos de eventos climáticos extremos sobre suas condições de vida e permanência escolar. Por fim, a figura 5 apresenta a percepção dos jovens acerca da suscetibilidade de suas áreas de moradia a desastres climáticos.

Figura 5. Gráfico – Percepção sobre viver em área suscetível



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

A maioria dos participantes (74%) reconhece viver em áreas suscetíveis a eventos como a enchente de maio de 2024, enquanto 13% afirmaram não viver em áreas de risco e outros 13% declararam não saber. Conforme Favero *et al*. (2016), a percepção de risco nem sempre coincide objetivamente com a situação de risco, sendo construída a partir de múltiplos fatores, como condições econômicas, sentimentos de pertencimento ao território e transformações ambientais. Ainda segundo os autores, quando a população reconhece seus riscos e compreende a necessidade de proteção, abrem-se possibilidades de colaboração em ações de prevenção e enfrentamento. Nesse sentido, a elevada percepção de risco entre os jovens participantes configura um cenário positivo para o fortalecimento de estratégias de resiliência e para a construção de respostas coletivas aos desastres climáticos.

3.2 – Percepções físicas

Esta seção analisa as percepções físicas dos jovens estudantes acerca do espaço em que vivem, de seus conhecimentos sobre os desastres climáticos e das mudanças observadas em suas rotinas em decorrência da enchente de maio de 2024. As questões abordaram a experiência prévia com enchentes, a frequência percebida desses eventos, os impactos físicos observados na comunidade, a intensificação das chuvas nos últimos anos, as alterações na rotina cotidiana, bem como o conhecimento sobre medidas de prevenção e a avaliação do preparo comunitário e das respostas governamentais frente aos desastres. A figura 6 apresenta o percentual de jovens que afirmaram já ter presenciado ou vivenciado enchentes na comunidade onde residem.

Figura 6. Gráfico – Você já presenciou ou vivenciou enchentes na sua comunidade?



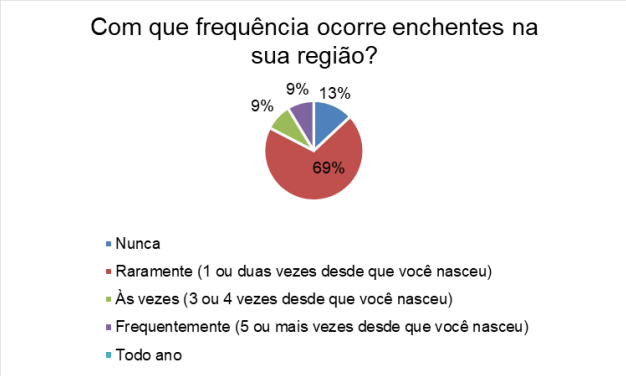
Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Observa-se que a quase totalidade dos participantes (96%) declarou ter experiência direta com esse tipo de evento, evidenciando que as enchentes constituem um fenômeno recorrente no cotidiano desses jovens. Tal resultado dialoga com registros jornalísticos que indicam que o bairro Humaitá enfrenta alagamentos frequentes em períodos de intensa precipitação, com residências ilhadas e interrupções no cotidiano local, inclusive em episódio ocorrido cerca de dez dias antes da enchente de maio de 2024. Esses dados reforçam a condição de vulnerabilidade socioambiental do território e demonstram que a experiência com eventos hidrológicos extremos antecede o desastre de maior magnitude analisado nesta pesquisa.

A elevada proporção de jovens que já vivenciaram enchentes sugere que o contato com situações de risco não se restringe a um evento isolado, mas integra a experiência territorial desses sujeitos. Tal vivência reiterada contribui para a construção de percepções sobre o

ambiente, ao mesmo tempo em que pode naturalizar situações de risco, dificultando a compreensão das enchentes como fenômenos associados a processos estruturais mais amplos, como a urbanização desigual e as mudanças climáticas.

Figura 7. Gráfico – Com que frequência ocorrem enchentes?

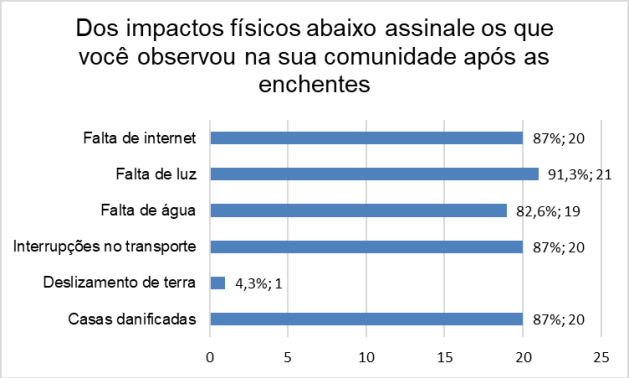


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Embora a maioria tenha afirmado já ter presenciado enchentes, quando questionados sobre a regularidade desses eventos, 69,6% classificaram-nos como raros, 13% afirmaram que nunca ocorrem e apenas 8,7% os consideraram recorrentes. Essa aparente contradição evidencia que, apesar da vivência direta com alagamentos, prevalece entre os jovens a percepção de que a enchente de 2024 configura um evento excepcional.

Essa percepção pode ser analisada à luz da reflexão proposta por Hammes (2012), que destaca o papel da mídia na construção das leituras sociais sobre o ambiente. Conforme a autora, a percepção comunitária frequentemente se fundamenta em informações veiculadas pelos meios de comunicação, as quais nem sempre são suficientes para apreender a complexidade das inter-relações que determinam a situação real dos territórios. No caso dos jovens participantes, é possível que a caracterização midiática do evento como “histórico” ou “inédito” tenha influenciado a compreensão das enchentes como acontecimentos raros, mesmo em um contexto territorial marcado por recorrentes alagamentos. A figura 8 trata dos impactos físicos observados nas comunidades após as enchentes.

Figura 8. Gráfico – Impactos físicos

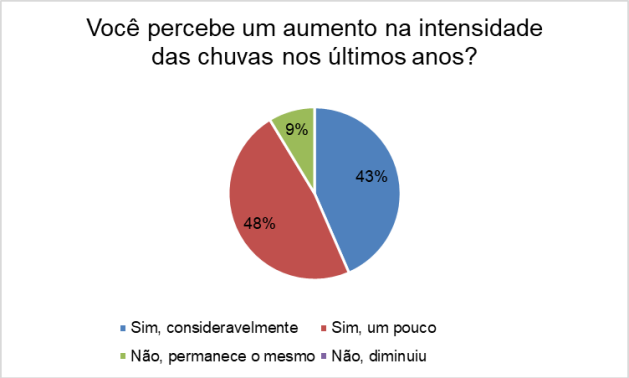


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Entre os principais efeitos identificados, destacam-se os danos às moradias, apontados por 87% dos jovens, evidenciando a materialidade das perdas sofridas. Esses dados convergem com informações apresentadas por Teixeira; Silva Júnior e Andrade (2025) e pelo Mapa Plano Único Rio Grande (RS, 2024b), que indicam que cerca de 500 mil pessoas ficaram desabrigadas no estado. Além disso, foram amplamente mencionadas as interrupções de serviços essenciais, como o transporte público (87%), a internet (87%) e o fornecimento de energia elétrica (91,9%).

As interrupções prolongadas de serviços básicos configuraram um dos aspectos mais críticos do desastre, especialmente em bairros como o Humaitá. Reportagens veiculadas cerca de 20 dias após a declaração de calamidade pública relataram moradores permanecendo sem acesso à luz, água e gás, situação confirmada pelos relatos dos jovens, dos quais 82,6% indicaram a falta de abastecimento de água. A convergência entre os dados empíricos da pesquisa e os registros jornalísticos evidencia a magnitude do evento e seus efeitos diretos sobre as condições de vida da população juvenil, extrapolando o momento imediato da enchente e prolongando-se no tempo.

Figura 9. Gráfico – Percepção aumento das chuvas

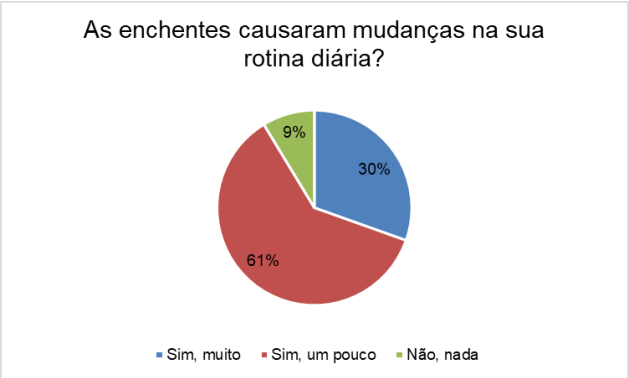


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Os resultados indicam que a maioria percebe alterações no padrão de precipitação: 48% afirmaram haver "um pouco" de aumento na intensidade das chuvas e 43% relataram uma "mudança considerável", enquanto apenas 9% consideraram que o padrão permaneceu inalterado. Esses dados revelam um elevado nível de sensibilidade ambiental entre os jovens participantes, fundamentado na observação cotidiana de seu território.

Conforme Aquino *et al.* (2025), o conhecimento empírico da população, frequentemente negligenciado nos planejamentos técnicos, pode revelar indícios relevantes de transformação ambiental. Os autores ressaltam que compreender como moradores percebem alterações no regime de chuvas é essencial para avaliar o nível de consciência ambiental local e a capacidade de resposta frente a eventos climáticos (Aquino *et al*., 2025). Nesse sentido, as percepções juvenis identificadas nesta pesquisa apontam para o potencial dos jovens como atores estratégicos na construção de políticas públicas ambientais e sociais voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Figura 10. Gráfico – Enchente e mudanças na rotina

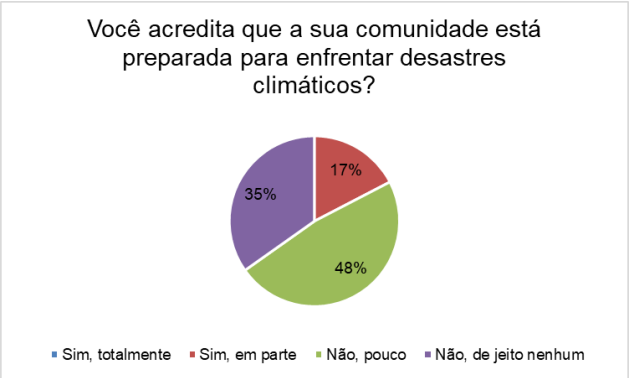


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

A maioria dos participantes relatou alterações em seu cotidiano, sendo que 30,4% afirmaram que a rotina foi "muito" modificada e 60,9% indicaram mudanças "em parte", enquanto apenas 8,7% não perceberam alterações. Esses dados demonstram que os efeitos do desastre extrapolaram os danos materiais, atingindo práticas cotidianas relacionadas ao deslocamento, aos estudos, à convivência familiar e à organização do tempo. No que se refere ao conhecimento sobre medidas de prevenção e proteção contra enchentes, as respostas mostraram-se praticamente divididas: 52,2% afirmaram possuir algum conhecimento, enquanto 47,8% declararam não tê-lo.

Considerando que 73,9% dos jovens vivem em áreas suscetíveis a desastres climáticos, a expressiva parcela que se sente despreparada revela uma lacuna significativa entre a vivência do risco e o acesso a informações e estratégias de prevenção. Tal cenário ajuda a compreender a relevância de iniciativas institucionais posteriores, como o lançamento, em outubro de 2025, do Guia para elaboração de Planos de Contingência Escolares para Eventos Climáticos (PLANCON Escolar), que visa orientar ações antes, durante e após eventos hidrometeorológicos.

Figura 11. Gráfico – Preparo da comunidade

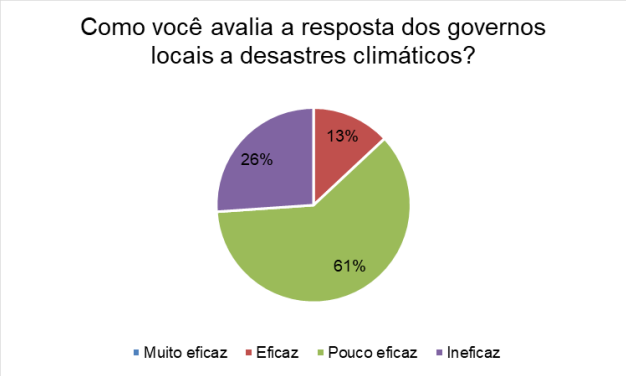


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Os resultados indicam um cenário predominantemente negativo: 34,8% afirmaram que a comunidade não está "de jeito nenhum" preparada, 47,8% consideraram-na "pouco" preparada e apenas 17,4% avaliaram que há algum nível de preparo. Esse diagnóstico reforça a necessidade de pensar a educação ambiental como um processo que ultrapasse os limites da escola, envolvendo a comunidade como um todo. Diante das emergências climáticas

contemporâneas, torna-se urgente desenvolver uma educação ambiental crítica, voltada a todos os grupos sociais, capaz de fomentar o senso crítico e a capacidade de prevenção.

Figura 12. Gráfico – Respostas dos governos



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

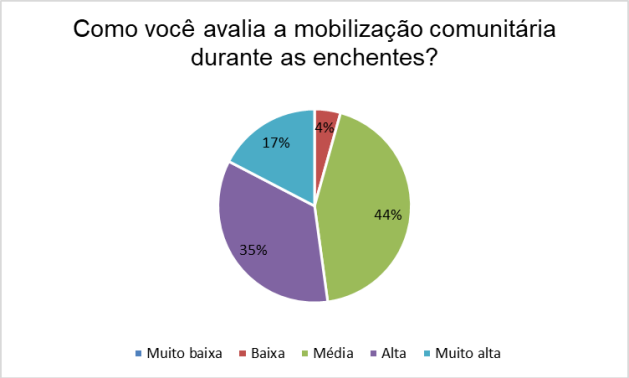
Observa-se uma percepção majoritariamente negativa: 60,9% classificaram as ações como "pouco eficazes", 26,1% como "ineficazes" e apenas 13% as consideraram eficazes. Essa avaliação dialoga com as reflexões de Tomizaki e Daniliauskas (2018), que apontam que o afastamento juvenil da política institucional não decorre da falta de informação, mas da rejeição consciente a práticas percebidas como ineficientes. No contexto analisado, a percepção de respostas governamentais insuficientes pode contribuir para sentimentos de desilusão política, afetando o engajamento juvenil e limitando sua participação na formulação de políticas públicas ambientais e de gestão de riscos.

3.3 – Percepções sociais

Esta seção aborda as dimensões sociais relacionadas à ação comunitária, às redes de apoio e à participação política juvenil no enfrentamento aos desastres climáticos. Para tanto, foram aplicadas questões voltadas à compreensão de como os jovens percebem as dinâmicas coletivas de solidariedade, organização e engajamento social em seus territórios, especialmente após os eventos extremos vivenciados no Rio Grande do Sul.

No contexto dos recentes desastres climáticos, as mobilizações comunitárias em múltiplas frentes de atuação ganharam visibilidade e relevância social. Ao refletir sobre os papéis desempenhados pelas juventudes nesses processos, investigaram-se suas percepções acerca da intensidade e da efetividade das mobilizações ocorridas durante as enchentes.

Figura 13. Gráfico – Avaliação da mobilização comunitária

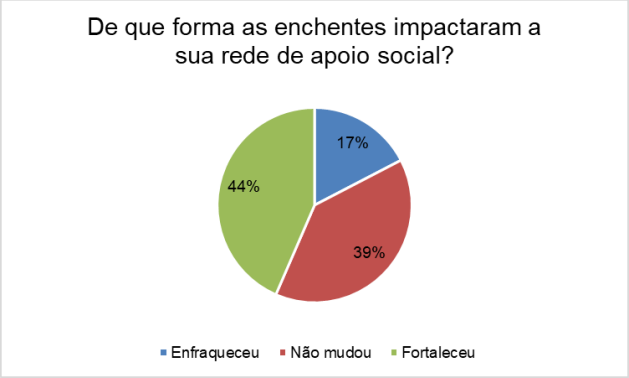


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Os resultados indicam que a mobilização comunitária foi predominantemente percebida como "média" por 43,5% dos participantes. Por sua vez, 34,8% avaliaram a mobilização como "alta" e 17,4% como "muito alta", enquanto uma parcela minoritária (4,3%) a classificou como "baixa". A distribuição das respostas revela uma percepção majoritariamente intermediária ou positiva acerca da mobilização comunitária, embora a concentração das respostas na categoria "média" indique que, para parte expressiva dos participantes, as ações coletivas poderiam ter sido mais intensas ou abrangentes. A configuração dessas percepções coloca em evidência o potencial de ação das juventudes no interior das dinâmicas comunitárias (Anhas e Castro-Silva, 2018), ao mesmo tempo em que suscita reflexões sobre os espaços efetivamente ocupados por esses sujeitos nos processos coletivos de enfrentamento aos desastres climáticos.

A análise das percepções sociais avançou, ainda, para a compreensão da situação das redes de apoio social acionadas pelos jovens durante e após os períodos de crise ambiental. A figura 14 apresenta como as enchentes impactaram as relações de apoio estabelecidas nas comunidades em que vivem.

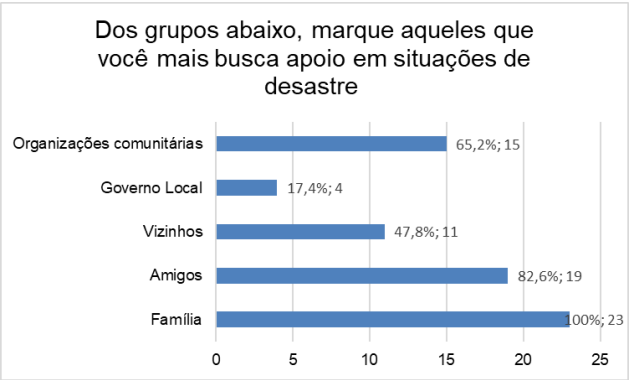
Figura 14. Gráfico – Impacto das enchentes na rede de apoio



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Observa-se que, para 43,5% dos participantes, a rede de apoio social foi fortalecida após o evento climático, indicando o surgimento ou intensificação de vínculos solidários em contextos de adversidade. Em contrapartida, 39,1% afirmaram não perceber mudanças significativas, enquanto 17% relataram enfraquecimento dessas redes. As redes de apoio social constituem importantes bases de interação, acolhimento e proteção entre indivíduos e grupos, sendo fundamentais tanto para a compreensão do posicionamento das juventudes no interior dessas dinâmicas quanto para a avaliação de sua funcionalidade no desenvolvimento individual e coletivo (Nunes, 2020). Nesse sentido, os dados revelam que os desastres climáticos podem operar simultaneamente como catalisadores de solidariedade e como fatores de fragilização de laços sociais, a depender das condições materiais e simbólicas de cada território. Ainda no que se refere às fontes de apoio percebidas pelas juventudes do bairro Humaitá, a figura 15 apresenta os grupos acionados pelos jovens em situações de desastre, como as enchentes.

Figura 15. Gráfico – Grupos para busca de apoio



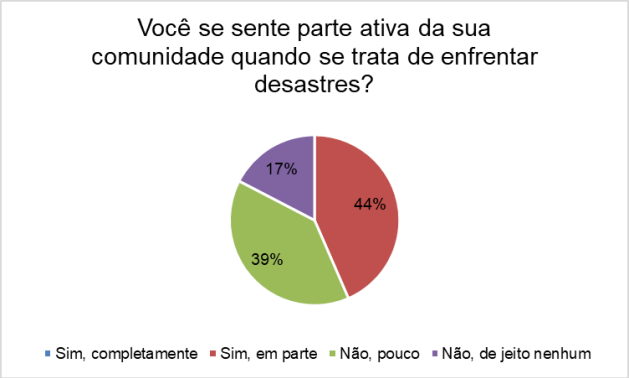
Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

A totalidade dos participantes indicou a família como principal grupo de apoio, seguida pelos amigos (82,6%), vizinhos (47,8%) e organizações comunitárias (47,8%). Em contraste, apenas 17,4% dos respondentes apontaram o governo local como instância de apoio em situações graves. Esses resultados permitem inferir que a segurança e o acolhimento são majoritariamente percebidos no âmbito das relações interpessoais mais próximas, enquanto as instâncias institucionais são menos reconhecidas como referências efetivas de amparo. O ambiente escolar, por sua vez, permanece como um espaço relevante para a construção e fortalecimento das redes de apoio, ao congregar diferentes agentes sociais e favorecer a aprendizagem do cuidado coletivo e do "bem-estar do outro" (Nunes, 2020).

Os dados evidenciam uma baixa participação dos jovens participantes da pesquisa em iniciativas dessa natureza, uma vez que apenas 13% declararam ter integrado esse tipo de ação, enquanto 87% afirmaram nunca ter atuado em atividades dessa natureza. Esses resultados permitem identificar uma participação limitada dos jovens que compuseram a amostra nos espaços organizados de enfrentamento à crise climática, mas não permitem inferir, de forma abrangente, sobre o nível de articulação política das comunidades afetadas. Nesse sentido, os dados suscitam reflexões sobre as possibilidades e os limites de incorporação das juventudes em iniciativas coletivas relacionadas ao enfrentamento de eventos climáticos extremos. Conforme Silva Júnior e Teixeira (2021), a entrada das juventudes em trajetórias de ativismo ambiental tende a ocorrer a partir de vínculos prévios, sobretudo familiares ou relacionados ao movimento estudantil organizado, o que nem sempre se concretiza em territórios marcados por vulnerabilidades estruturais.

Em continuidade à análise do pertencimento comunitário, os dados apresentados a figura 16 indicam que 43,5% dos estudantes se percebem como parte ativa da comunidade, embora não plenamente, enquanto 39,1% afirmam sentir-se pouco ativos e 17,4% declaram-se alheios às mobilizações relacionadas à crise ambiental.

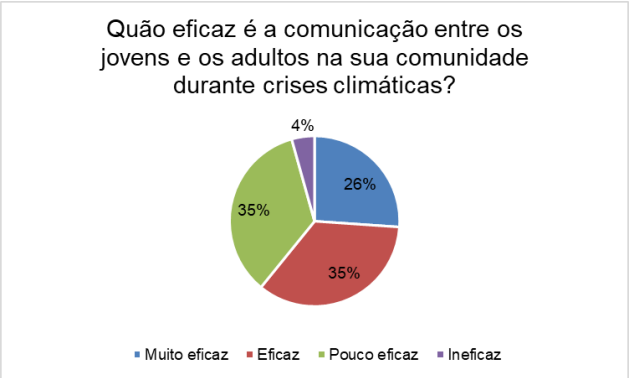
Figura 16. Gráfico – Pertença à comunidade



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

À luz desses resultados, destaca-se que nenhum dos jovens participantes se percebe completamente inserido como sujeito ativo nos processos de enfrentamento aos desastres. No bojo das disputas sociais e políticas, observa-se que as organizações tradicionais apresentam dificuldades em catalisar as indignações e demandas das juventudes brasileiras (Groppo, 2020), o que suscita reflexões sobre os espaços efetivamente abertos à participação juvenil e sobre os mecanismos que produzem o desincentivo ou a marginalização de suas vozes (Sierra-Barón, 2025). A comunicação intergeracional constitui outro elemento central das percepções sociais analisadas. A figura 17 apresenta a avaliação dos jovens sobre a eficácia da comunicação entre jovens e adultos da comunidade em situações de crise ambiental.

Figura 17. Gráfico – Comunicação intergeracional

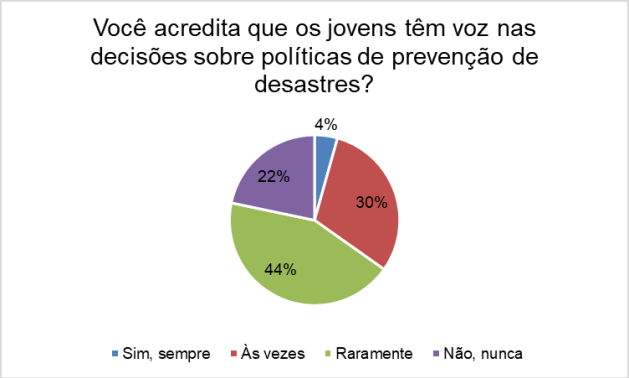


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Os resultados revelam percepções distribuídas de forma relativamente equilibrada: 26,1% consideraram a comunicação “muito eficaz”, 34,8% “eficaz”, enquanto outros 34,8% a avaliaram como “pouco eficaz” e 4,3% como “ineficaz”. A comunicação intergeracional é

reconhecida como elemento fundamental para a superação de preconceitos e hierarquizações etárias (Barros e Monteiro, 2019), frequentemente associadas à desqualificação da atuação juvenil enquanto sujeito político (Abramo, 1997; Anhas e Castro-Silva, 2018). Assim, os dados sugerem a coexistência de avanços e limitações na construção de diálogos efetivos entre gerações.

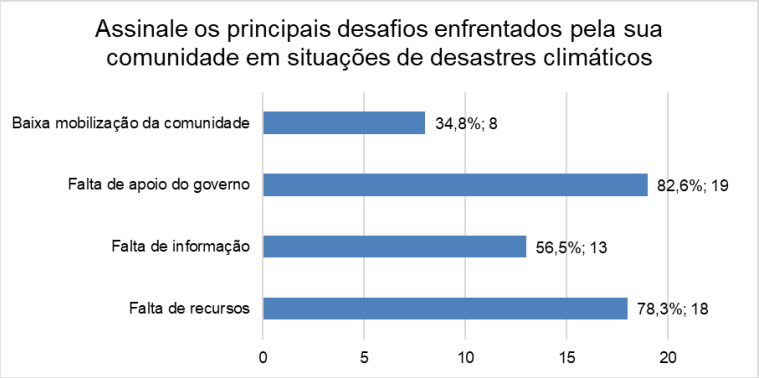
Figura 18. Gráfico – Escuta das juventudes



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

Quando questionados, 43,5% dos jovens afirmaram que raramente têm voz nesses processos, 30,4% indicaram que "às vezes" são escutados, 21,7% consideraram que nunca têm suas opiniões consideradas e apenas 4,4% acreditam ser efetivamente ouvidos. Mesmo sendo as juventudes do Sul Global um dos grupos mais afetados pelos impactos das mudanças climáticas (Silva Júnior e Teixeira, 2021), os dados revelam uma percepção predominante de baixa inserção dos participantes nos processos de escuta e decisão relacionados às questões que os afetam. Esse resultado pode ser compreendido à luz das discussões sobre a deslegitimação dos discursos juvenis (Abramo, 1997), que historicamente contribui para restringir a participação desses sujeitos nos espaços decisórios. Além disso, a literatura sobre educação ambiental crítica destaca a importância de processos formativos voltados à construção de sujeitos capazes de participar e intervir politicamente na realidade (Fracalanza *et al*., 2013). Embora a pesquisa não tenha investigado diretamente o acesso dos participantes à educação ambiental crítica, essa perspectiva constitui uma possibilidade interpretativa para compreender os desafios relacionados à participação juvenil em contextos de crise climática. Por fim, a figura 19 sintetiza os principais desafios sociais percebidos pelos jovens no enfrentamento aos desastres climáticos.

Figura 19. Gráfico – Principais desafios



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025).

A falta de apoio governamental foi apontada como o maior desafio por 82,6% dos participantes, seguida pela escassez de recursos (78,3%), pela falta de informação (56,5%) e pela baixa mobilização comunitária (34,8%). Essas percepções configuram um diagnóstico crítico elaborado pelas próprias juventudes acerca das condições que limitam o acesso a direitos fundamentais, como mobilidade, educação de qualidade e participação social e política, previstos no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). Tais fragilidades tornam-se ainda mais evidentes diante do avanço da crise climática (Sierra-Barón, 2025), mas também indicam caminhos possíveis para a construção de estratégias de enfrentamento mais efetivas, ancoradas na escuta e no protagonismo dos sujeitos diretamente afetados.

4 – Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar como jovens estudantes do Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello, localizado no bairro Humaitá, em Porto Alegre — área fortemente atingida pela enchente de maio de 2024 —, percebem e enfrentam os efeitos dos desastres climáticos, com base na aplicação de um questionário. A partir de uma abordagem quanti-qualitativa, buscou-se compreender como esses jovens vivenciam, interpretam e respondem a eventos extremos que afetam diretamente seus territórios, suas rotinas e suas trajetórias educacionais.

Os resultados evidenciam que as juventudes investigadas possuem percepções consistentes acerca da materialidade dos desastres climáticos, reconhecendo tanto a intensificação das chuvas quanto os impactos físicos e infraestruturais provocados pelas enchentes. Ainda que parte dos jovens compreenda tais eventos como episódios raros, observa-se uma crescente

consciência sobre as transformações ambientais em curso e seus efeitos no cotidiano. As alterações significativas na rotina diária, a interrupção de serviços básicos e os danos às moradias configuram um cenário de vulnerabilidade que ultrapassa o momento do desastre e se prolonga no tempo, afetando dimensões sociais, educacionais e emocionais da vida juvenil.

No plano social, os dados indicam que as redes de apoio interpessoais, especialmente a família, os amigos e os vizinhos, assumem papel central no enfrentamento dos impactos das enchentes. Entre os participantes, essas redes aparecem como recursos mobilizados diante das dificuldades produzidas pelo desastre, evidenciando formas de apoio e proteção construídas no cotidiano. Da mesma forma, as percepções sobre as mobilizações comunitárias apontam para a existência de iniciativas coletivas reconhecidas pelos jovens, ainda que sua intensidade tenha sido predominantemente avaliada como média. Esses resultados permitem compreender a resiliência não como uma característica individual ou como capacidade de adaptação isolada, mas como um processo construído nas relações sociais e territoriais, por meio do qual os jovens mobilizam redes, recursos e práticas cotidianas para lidar com os efeitos do evento climático. A baixa inserção das juventudes em iniciativas ambientais e a percepção recorrente de ausência ou ineficácia do poder público, por sua vez, evidenciam os limites dessas estratégias e indicam que a resiliência vivenciada pelos participantes se constrói predominantemente a partir de recursos cotidianos, informais e territorialmente situados, sem que isso implique a existência de políticas públicas consistentes e preventivas.

A análise também evidencia que, embora os jovens reconheçam a importância da ação coletiva, eles se percebem pouco escutados nos processos decisórios relacionados à prevenção e ao enfrentamento dos desastres climáticos. Tal condição aponta para a persistência de assimetrias geracionais e para a desvalorização dos discursos juvenis nos espaços institucionais, mesmo quando esses sujeitos figuram entre os mais diretamente afetados pela crise climática. Nesse sentido, as juventudes emergem como sujeitos simultaneamente vulnerabilizados e potentes, cujas experiências e saberes permanecem subaproveitados na formulação de respostas públicas às emergências socioambientais.

O território do bairro Humaitá revelou-se elemento fundamental para a compreensão dos resultados apresentados. Trata-se de um espaço historicamente marcado por vulnerabilidades socioambientais, onde a recorrência de alagamentos, a precariedade da infraestrutura urbana e a desigualdade social intensificam os efeitos dos eventos climáticos extremos. As percepções

juvenis analisadas estão profundamente ancoradas nessa realidade territorial, evidenciando que os desastres não se distribuem de forma homogênea, mas incidem de maneira desigual sobre populações e espaços já fragilizados.

Diante desse cenário, a escola desponta como um espaço estratégico para o fortalecimento de práticas educativas voltadas à educação ambiental crítica, à construção de redes de apoio e ao incentivo à participação social e política das juventudes. A incorporação das experiências juvenis nos processos pedagógicos e comunitários pode contribuir para ampliar a consciência ambiental, fortalecer capacidades adaptativas e fomentar formas mais democráticas de enfrentamento da crise climática, que extrapolem respostas emergenciais e avancem no campo da prevenção e da justiça socioambiental.

As análises desenvolvidas neste artigo reafirmam a pertinência das Geografias das Juventudes como chave interpretativa para compreender os desastres climáticos a partir das experiências situadas dos jovens em seus territórios de vida. As percepções físicas e sociais expressas pelos estudantes do bairro Humaitá evidenciam que a enchente de maio de 2024 não se configurou apenas como um evento ambiental extremo, mas como um fenômeno profundamente enraizado nas desigualdades socioespaciais e nas condições cotidianas de existência juvenil. Ao reconhecerem os danos materiais, as rupturas na rotina e a fragilidade das respostas institucionais, os jovens revelam uma leitura crítica do território que articula vulnerabilidade e capacidade de enfrentamento. Nesse sentido, as redes de apoio acionadas emergem como expressões concretas de resiliência territorializada, ainda que marcadas por limites estruturais. Compreender as enchentes a partir das Geografias das Juventudes implica reconhecer os jovens como sujeitos afetados, mas principalmente como produtores de saberes, percepções e práticas que devem ser incorporadas às políticas públicas e às ações educativas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, fortalecendo seu protagonismo e direito à cidade.

Por fim, reconhece-se que o estudo apresenta limitações relacionadas ao recorte amostral e ao caráter piloto da pesquisa, o que não permite generalizações amplas. No entanto, os achados oferecem subsídios relevantes para a ampliação de investigações futuras que considerem diferentes territórios, contextos educacionais e metodologias, aprofundando a compreensão sobre as relações entre juventudes, desastres climáticos e desigualdades socioambientais no Sul Global.

Conclui-se que ouvir e compreender as percepções das juventudes afetadas por desastres climáticos é condição fundamental para a construção de respostas sociais e políticas mais eficazes, inclusivas e territorialmente sensíveis. Em um contexto de intensificação dos eventos extremos, reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e de ação coletiva torna-se não apenas desejável, mas indispensável para a construção de futuros mais justos e sustentáveis.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), pelo financiamento da pesquisa e à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPESQ/UFRGS), pela concessão de bolsas de Iniciação Científica.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5/6, p. 73–90, 1997.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília: ANA, 2025. 57 p. il. ISBN 978-65-88101-73-5.

ANHAS, D. de M.; CASTRO-SILVA, C. R. Potência de ação da juventude em uma comunidade periférica: enfrentamentos e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2927–2936, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/LVT5gf859tMZHzPMLZnQM8K/. Acesso em: 10 nov. 2025.

ARIAS, Paola A. et al. Technical summary. In: IPCC. **Climate change 2021: the physical science basis**. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 33–144. DOI: 10.1017/9781009157896.002.

AQUINO, Rafael Norberto de; SANTOS, Gisely Storch do Nascimento; CARDOSO, Mateus do Nascimento; TOLENTINO, João Paulo de Castro. Percepção da população sobre a quantidade e os períodos de chuvas em Vilhena, Rondônia. **Aracê**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 39181–39196, 2025. DOI: 10.56238/arev7n7-229. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6698. Acesso em: 10 nov. 2025.

BASSALO, Lucélia de M. B. Jovens mulheres e feminismo. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Temáticas emergentes em juventudes**. Porto Alegre: GEPJUVE, 2024. p. 128–151.

BARROS, Kilma Cunha; MONTEIRO, Edilene Araújo. Comunicação intergeracional entre idosos e jovens: uma revisão integrativa. **Revista Ibero-Americana de Saúde e Envelhecimento**, Évora, v. 5, n. 3, p. 1953–1965, fev. 2020. ISSN 2183-6663. Disponível em: https://revistas.uevora.pt/index.php/saude_envelhecimento/article/view/379. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: set. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1, p. 44.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FRIZZO, Taís Cristine Ernst. Environmental education in Brazil. In: PETERS, M. A. (ed.). **Encyclopedia of educational philosophy and theory**. Singapore: Springer, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-287-532-7_316-1. Acesso em: out. 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Juventudes, ensino de Geografia e formação/atuação cidadãs. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Geografias das juventudes**. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023. p. 155–180.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251–266, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em: out. 2025.

DIAS, Regina Lúcia Cerqueira. Trajetória escolar de estudantes das classes populares e acesso ao ensino superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 248, p. 212–229, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/kqWDbhsN76sRs8mxsTkKZBQ/. Acesso em: 23 nov. 2025.

FAN, Fernando Mainardi et al. A cheia de 2024 no Rio Grande do Sul. In: **RS: resiliência & sustentabilidade: reflexões para a reconstrução do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Libretos, 2025. p. 47–64.

FAVERO, Eveline et al. Percepção de risco ambiental: uma análise a partir de anotações de campo. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 50, n. 1, p. 64–74, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28446021008. Acesso em: 9 nov. 2025.

FRACALANZA, H. et al. A educação ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica. **Ciências em Foco**, Campinas, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: https://scispace.com/pdf/a-educacao-ambiental-no-brasil-panorama-inicial-da-producao-2mp9nx33j4.pdf. Acesso em: 6 nov. 2025.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 7–21, jan./abr. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/28946. Acesso em: 10 nov. 2025.

HAMMES, Valéria Sucena. Impacto ambiental: efeitos físicos, econômicos, sociais, culturais e políticos. In: HAMMES, Valéria Sucena (org.). **Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Brasília: Embrapa, 2012. p. 43–45.

NOBRE, Carlos A.; REID, Julia; VEIGA, Ana Paula Soares. **Fundamentos científicos das mudanças climáticas**. São José dos Campos: Rede Clima/INPE, 2012.

NUNES, Tatiene Germano Reis; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Lúcia Isabel da Conceição. Juventude e apoio social: um olhar sobre as redes sociais de estudantes paraenses. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2013534, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100112. Acesso em: 8 nov. 2025.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Geografias das juventudes**. 1. ed. Porto Alegre: Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação, 2023. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256855. Acesso em: out. 2025.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Geografias das Juventudes: a construção do estado da arte na pós-graduação brasileira. **Para Onde!?,** Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 59–78, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/130242. Acesso em: 2 jan. 2026.

PAIS, José Machado. **Nas rotas do quotidiano**. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS** – 9/8. Porto Alegre, 2024a.

RIO GRANDE DO SUL. **Mapa Único do Plano Rio Grande**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024b. Disponível em: https://planoriogrande.rs.gov.br/mapa-unico. Acesso em: 6 nov. 2025.

SIERRA-BARÓN, W. et al. Cambio climático en las infancias y juventudes en Latinoamérica: una revisión cualitativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 23, n. 2, p. 1–22, 2025. Disponível em: http://revistaumanizales.cinde.org.co/rlcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/6829. Acesso em: 6 nov. 2025.

SILVA, Frederiko Luz; ALVES, Miriam Fábia. Cotidiano escolar: o que dizem jovens estudantes de Goiás com distorção idade-série. **Revista Dialnet**, v. 15, n. 1, p. 381–397, 2024. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10223393. Acesso em: 28 out. 2025.

SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; PONTES TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo. Juventude e mudanças climáticas: trajetórias e narrativas das mobilizações no Brasil. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 4, n. 32, p. c26192, 2021. DOI: 10.21680/1982-1662.2021v4n32ID26192. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/26192. Acesso em: 7 nov. 2025.

TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes; SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; ANDRADE, Flávia Alessandra Souza de. Juventude, mobilizações e mudanças climáticas. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). **Juventudes e mudanças climáticas**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2025. Disponível em: https://publicacoes.even3.com.br/book/juventudes-e-mudancas-climaticas-4751015. Acesso em: 23 nov. 2025.

THUANY, Mabliny et al. Deslocamento ativo em adolescentes: prevalência e preditores associados ao trajeto casa–escola. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 26, p. 1–8, 2021. DOI: 10.12820/rbafs.26e0203. Disponível em: https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14419. Acesso em: 30 out. 2025.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 214–238, jan. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/N8zhppMrg6Y9WY5gqLgKBLt/. Acesso em: 23 nov. 2025.